



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

2 — A REVOLUÇÃO E AS REFORMAS

RIO DE JANEIRO, 21 DE DEZEMBRO DE 1964

NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, DURANTE A CERIMÓNIA DE DIPLOMAÇÃO DOS ESTAGIARIOS DE 1964.

São de tal modo notórias as minhas antigas vinculações com esta Escola, da qual conservo tão gratas lembranças, que acredito não necessitar insistir sôbre o prazer com que participo desta solenidade. Vejo que, concluído um ano de estágio, sempre inspirado pelos altos objetivos da segurança nacional, mais uma turma recebe os diplomas a que fêz jus. E êles significam que aqui estiveram examinando temas e métodos ligados a problemas do País, pois é esta uma instituição em que se robustece o sentimento de equipe e o poder de decisão se apresenta vigorosamente. Em relação a ambos se aprende a praticá-los com responsabilidade.

Em verdade, representa a Escola Superior de Guerra um instituto que tudo indica e ensina na base da conjuntura nacional e internacional. E daí decorre a importância dada nos seus cursos ao exame do planejamento referente a vários setores da vida brasileira. E o Govêrno, freqüentemente, sente na administração os resultados dêsses trabalhos, quer através de auxiliares que aqui estagiaram, quer pelos estudos aqui tão acuradamente formulados.

Por isso mesmo, dirigindo-me a brasileiros conhecedores dos graves problemas com que nos deparamos nas atuais circunstâncias, pretendo enunciar algumas das diretrizes que norteiam o Govêrno. Começarei por dizer-vos que, em relação ao planejamento, pretende a alta administração nacional formulá-lo em linhas democráticas, o que significa preferir a coordenação de vontades e decisões à

imposição de uma vontade única e imperativa. É um tipo de planejamento que, relativamente ao setor público da economia, se apresenta normativo e executivo. Mas quanto à iniciativa privada, para a qual aponta rumos, cria incentivos e estabelece limitações destinadas a dar-lhe um sentido social, sem destruir-lhe o impulso criador.

Três são os objetivos do Programa de Ação do Governo: curar a inflação, retomar o desenvolvimento e realizar reformas de estrutura. E é esse programa que se está desenvolvendo em níveis diferentes — uma ação imediata para o biênio 1965-1966; uma estratégia global para o desenvolvimento; e um plano de longo prazo, ainda em elaboração.

Quanto ao primeiro objetivo, o esforço se reparte em três fases: a do ano a terminar, que representou o penoso período de reajustamentos corretivos; a do próximo ano, que deverá ser a do progressivo abrandamento do ritmo inflacionário; a de 1966, que esperamos seja a da reaproximação da estabilidade.

O período mais duro é o que estamos atravessando. Eram enormes as distorções econômicas, pois, embora se falasse em investimento, na realidade subvencionávamos o consumo. O controle de preços fora da realidade desestimulava o produtor agrícola, enquanto dava ilusória satisfação ao consumidor urbano, pois a escassez logo nos batia à porta. Com tarifas irrealistas de transporte e energia barrávamos as possibilidades de indispensáveis investimentos para a expansão ou o melhoramento dos nossos sistemas, ao mesmo tempo em que, mediante a desordenada emissão de papel-moeda, anulávamos completamente, e com grave injustiça social, o aparente benefício das tarifas abaixo do custo. E, com a manutenção de preços artificiais para os combustíveis e o trigo, lográvamos, simultaneamente, quatro efeitos negativos: diminuíamos a nossa capacidade de construir estradas e expandir a Petrobrás; desencorajávamos a diversificação de nossas exportações, aumentando assim a dependência do exterior; desestimulávamos a produção nacional de trigo; e, finalmente, obrigávamos as populações pobres do interior, geralmente com reduzido acesso a tais bens importados, a subvencionarem o consumidor das cidades.

Se tais erros, que representaram crescentes doses de morfina para o consumidor, significassem estabilidade de preços ou desenvolvimento, por certo não estaríamos enfrentando os penosos sacrifícios atuais. A verdade, porém, é que, nos três anos anteriores à Revolução, o custo de vida quase duplicou de um ano para outro, e o País, que estagnara em 1962, retrocedeu, em 1963. Prova de que não estávamos sacrificando as gerações presentes em benefício das futuras — estávamos, sim, sacrificando ambas com crueldade e irresponsabilidade.

Retomar o desenvolvimento é o segundo dos grandes objetivos do Governo. Vencida a estagnação, deveremos retomar a taxa de 6% de crescimento anual, conforme já alcançado no passado, e, depois, criarmos as condições para uma taxa de 7%, estável, sem a inflação e o exagerado endividamento externo, que caracterizaram o derradeiro período de crescimento do País.

Para isso buscamos restituir ao País o clima de tranqüilidade social anteriormente desaparecido, e que tanto afetou os investimentos, o trabalho e a produção no Brasil. Hoje, restabelecida a confiança dos empresários, normalizado o trabalho dentro das normas jurídicas que o protegem, obtido maior rendimento da máquina administrativa, alcançamos melhor acesso ao crédito e à ajuda externa, em condições mais dignas e vantajosas para a economia nacional.

Como conseqüência desse nôvo panorama já podemos assinalar a reação favorável da agricultura. Em 1965, esperamos concentrar novos esforços na melhoria da atividade industrial, bem como na ampliação de obras públicas essenciais, através de recursos não inflacionários.

Sem dúvida, houve duras correções a fazer, algumas delas para extirpar antigos vícios de certos empresários nossos. Nesse caso podemos apontar a tendência de manter altos preços ao lado de pequeno volume de vendas; o exagerado apêlo ao crédito bancário do Governo, mediante juros verdadeiramente distantes da realidade; o hábito da sonegação ou da postergação de impostos, graças, em grande parte, ao irrealismo do nosso sistema fiscal. Felizmente, já é possível sentir o aparecimento de nova mentali-

dade empresarial, menos fascinada pelos lucros fáceis, conquanto ilusórios devido à inflação, e mais preocupada em reduzir custos, a fim de poder competir no mercado internacional.

Por último, temos o terceiro objetivo do Governo: a modernização da nossa estrutura econômica e social. Nesse campo de ação já pode o Governo contar no seu ativo, entre outras, algumas das reformas que desde o início considerou fundamentais ao progresso do País. A reforma agrária, ainda tão recente, será um instrumento capaz de aumentar a produtividade, e jamais de agitação social. A reforma bancária visa a modernizar o sistema de crédito, ajustando-o aos requisitos do desenvolvimento dentro da estabilidade. A reforma fiscal tornará mais justo e eficiente o sistema tributário. E a reforma habitacional tem como suprema finalidade possibilitar, dentro de linhas realistas e livre de qualquer favoritismo ou privilégio, a solução do angustiante problema da moradia de milhões de brasileiros.

Sobreleva ainda lembrar que, objetivando o aperfeiçoamento da vida política e partidária do País, a atenção do Governo, em 1965, irá concentrar-se na aprovação, pelo Congresso Nacional, de novas normas. Do mesmo modo que se procurará, através da reforma administrativa, modernizar a obsoleta e emperrada máquina do serviço público, o estatuto dos partidos e a lei eleitoral trarão novas condições para o aperfeiçoamento das instituições políticas. Também o setor militar deverá adaptar-se a estruturas mais consentâneas com o nosso tempo. E as próprias empresas privadas não deverão ser omitidas nesse ambicioso programa de proporcionar à vida brasileira uma fisionomia realmente em consonância com os tempos que correm.

Não devemos, entretanto, perder de vista que o planejamento da ação governamental não deve ser um exercício episódico, e sim um processo contínuo, a reclamar constante revisão e aperfeiçoamento. A necessidade de aproximações sucessivas é entre nós tão mais inevitável quanto reconhecidamente ainda é insatisfatório o aparelhamento estatístico.

Urge, aliás, conseguirmos maior participação dos diversos grupos nacionais na tarefa do planejamento, que deverá ser cada

vez mais uma expressão da vontade do País. Com essa finalidade, pretendo criar sem demora o Conselho Consultivo de Planejamento, para o qual serão convocados representantes patronais e operários, assim como de entidades regionais, a fim de que os órgãos de planificação possam colher sugestões, ouvir críticas e angariar contribuições de quantos se encontram integrados na vida econômica nacional. Sômente assim, graças à própria mobilização de opinião e da energia de tôda a Nação, teremos alcançado aquêle planejamento democrático de que vos falei inicialmente.

Bem sabeis quanto é complexa uma tarefa que deve, ao mesmo tempo, desenvolver e reconstruir. E que é, concomitantemente, política, econômica e social.

É certo que a eficácia de qualquer programa deve assentar em bases técnicas e na mobilização do que melhor houver na capacidade humana do País. Mas, nem por isso exige menor inspiração e decisão política em vários níveis: na fixação das prioridades sociais, na escolha de alternativas de ação, na medida de considerações econômicas e sociais, na conjugação de fatores internos e externos, na relação entre os diferentes setores e poderes da administração.

Acima dos técnicos há os homens de Govêrno, aos quais cabe visão mais ampla, ou seja a própria visão política dos problemas. Livre das limitações muitas vêzes decorrentes de especializações, nem por isso está desobrigado da seriedade das investigações, da coerência de propósitos e, sobretudo, do dever de preferir a verdade às ilusões, com as quais é fácil enganar a opinião pública.

Ao homem de Govêrno cabe a responsabilidade de agir politicamente, sem, contudo, transformar-se num mero partidário. Procurar orientar a opinião pública sem jamais a ela se substituir, pois, se não a pode ignorar, a ela não se deve escravizar. É justamente isso que o distingue daqueles que, apenas preocupados com objetivos eleitorais, abandonam os permanentes objetivos nacionais por causa de interêsses momentâneos. É mister ter sensibilidade política, sem, no entanto, entregar-se à irresponsabilidade política, pois, na confusão dessas duas atitudes, está a raiz de muitos dos nossos males.

Podeis estar certos de que o Governo prosseguirá com firmeza a árdua tarefa de planejar e disciplinar a nossa reconstrução econômica. Fa-lo-á com a humildade dos que aceitam a colaboração de tôdas as críticas de boa-fé; com a paciência dos que se não irritam ante obstáculos insuperáveis de um período de transição; com a segurança dos que, sabendo para onde vão, não temem as dificuldades do presente.

No momento em que, concluído o vosso curso, ides retomar as vossas normais atividades, desejei, juntamente com as minhas congratulações e os meus votos de felicidades, trazer-vos, nestas palavras, um depoimento sôbre os objetivos e caminhos do atual Governo. Assim, consciente da colaboração que o País espera de cada qual, estou certo de que melhor podereis ajudar o Brasil a reencontrar o seu grandioso destino.